

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	591.015
Preferenciais	0
Total	591.015
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.208.880	1.171.003
1.01	Ativo Circulante	17.448	19.724
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.710	10.372
1.01.03	Contas a Receber	5.794	5.268
1.01.03.01	Clientes	5.794	5.268
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.719	1.705
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.719	1.705
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.119	2.196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	106	183
1.01.08.03	Outros	106	183
1.01.08.03.02	Outros	106	183
1.02	Ativo Não Circulante	1.191.432	1.151.279
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	97.635	90.198
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	12.321	11.753
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	12.321	11.753
1.02.01.06	Tributos Diferidos	66.638	59.495
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	66.638	59.495
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	437	772
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.239	18.178
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	18.239	18.178
1.02.03	Imobilizado	2.309	1.730
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.309	1.730
1.02.04	Intangível	1.088.264	1.055.677
1.02.04.01	Intangíveis	1.088.264	1.055.677
1.02.05	Diferido	3.224	3.674

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.208.880	1.171.003
2.01	Passivo Circulante	115.811	121.448
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.859	3.575
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.859	3.575
2.01.02	Fornecedores	17.850	22.814
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.850	22.814
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.811	3.549
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.660	2.446
2.01.03.01.02	IRRF	1.644	1.485
2.01.03.01.03	PIS	80	72
2.01.03.01.04	COFINS	374	335
2.01.03.01.05	Tributos Federais Retidos	562	554
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.151	1.103
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	27.130	24.953
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	25.316	24.778
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	25.316	24.778
2.01.04.02	Debêntures	1.814	175
2.01.05	Outras Obrigações	44.173	44.372
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	36.862	35.450
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.460	1.387
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	35.402	34.063
2.01.05.02	Outros	7.311	8.922
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	5.310	5.504
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	274	264
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	1.727	3.154
2.01.06	Provisões	18.988	22.185
2.01.06.02	Outras Provisões	18.988	22.185
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	18.988	22.185
2.02	Passivo Não Circulante	718.757	711.389
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	446.395	448.365
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	308.804	313.226
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	308.804	313.226
2.02.01.02	Debêntures	137.591	135.139
2.02.02	Outras Obrigações	231.955	225.440
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	231.955	225.440
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	231.955	225.440
2.02.04	Provisões	40.407	37.584
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.721	10.855
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	979	171
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	354	296
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	10.388	10.388
2.02.04.02	Outras Provisões	28.686	26.729
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	28.686	26.729
2.03	Patrimônio Líquido	374.312	338.166
2.03.01	Capital Social Realizado	498.818	448.818
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-124.506	-110.652

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	78.360	69.315
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-75.212	-68.737
3.03	Resultado Bruto	3.148	578
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.251	-2.263
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.251	-2.263
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-3.924	-2.002
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-338	-278
3.04.02.03	Tributárias	-1	0
3.04.02.05	Outras Receitas Operacionais Líquidas	12	17
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.103	-1.685
3.06	Resultado Financeiro	-19.894	-13.934
3.06.01	Receitas Financeiras	894	707
3.06.01.01	Receitas Financeiras	894	707
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.788	-14.641
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-20.788	-14.641
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-20.997	-15.619
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.143	5.261
3.08.02	Diferido	7.143	5.261
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.854	-10.358
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-13.854	-10.358
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,02462	-0,03313
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,02462	-0,03313

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-13.854	-10.358
4.03	Resultado Abrangente do Período	-13.854	-10.358

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.891	1.863
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	14.727	12.164
6.01.01.01	Lucro (prejuízo líquido do período)	-13.854	-10.358
6.01.01.02	Depreciação e amortização	16.595	10.268
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-7.143	-5.261
6.01.01.06	Juros e variações sobre mutuos	8.849	7.222
6.01.01.07	Receitas com aplicações financeiras vinculadas	-356	-259
6.01.01.08	Despesas de juros, liquidas das receitas	8.020	6.467
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de debêntures	2.962	0
6.01.01.10	Resultado de reversão de ajuste a valor presente	684	656
6.01.01.11	Provisão (reversão) para riscos civeis e trabalhistas	894	150
6.01.01.12	Provisão para manutenção em rodovia	-1.924	3.279
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.836	-10.301
6.01.02.01	Contas a receber	-526	-1.226
6.01.02.03	Despesas antecipadas	610	115
6.01.02.04	Imposto a recuperar	128	-316
6.01.02.05	Contas a receber - partes relacionadas	0	20
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-61	1
6.01.02.07	Outras contas a receber	77	-113
6.01.02.08	Fornecedores	-738	872
6.01.02.09	Transações com partes relacionadas	-193	-99
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	284	151
6.01.02.11	Obrigações fiscais	-1.545	444
6.01.02.12	Cauções contratuais	10	-1.912
6.01.02.15	Pagamento riscos civeis e trabalhistas	-28	-45
6.01.02.17	Juros pagos	-6.468	-7.801
6.01.02.18	Outras contas a pagar	-1.386	-392
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-51.754	-39.481
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-675	0
6.02.02	Adições ao intangível	-50.725	-38.936
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-555	-952
6.02.04	Valor resgatado de aplicações financeiras vinculadas	201	407
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	44.201	39.735
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos	-5.799	-5.265
6.03.03	Aumento de capital	50.000	45.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.662	2.117
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.372	6.891
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.710	9.008

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	448.818	0	0	-110.652	0	338.166
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	448.818	0	0	-110.652	0	338.166
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.000	0	0	0	0	50.000
5.04.01	Aumentos de Capital	50.000	0	0	0	0	50.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.854	0	-13.854
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.854	0	-13.854
5.07	Saldos Finais	498.818	0	0	-124.506	0	374.312

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.818	254	0	-61.148	0	221.924
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.818	254	0	-61.148	0	221.924
5.04	Transações de Capital com os Sócios	45.000	0	0	0	0	45.000
5.04.01	Aumentos de Capital	45.000	0	0	0	0	45.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.359	0	-10.359
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.359	0	-10.359
5.07	Saldos Finais	327.818	254	0	-71.507	0	256.565

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	81.436	72.010
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	34.388	30.639
7.01.02	Outras Receitas	47.048	41.371
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	46.894	41.169
7.01.02.02	Outras	154	202
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-58.435	-56.202
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.536	-8.638
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.905	-1.608
7.02.04	Outros	-47.994	-45.956
7.02.04.02	Custo dos Serviços de Construção	-46.894	-41.169
7.02.04.04	Custo da concessão	-1.312	-1.418
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	1.924	-3.279
7.02.04.06	Outros	-1.712	-90
7.03	Valor Adicionado Bruto	23.001	15.808
7.04	Retenções	-16.595	-10.268
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.595	-10.268
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.406	5.540
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.355	9.835
7.06.02	Receitas Financeiras	894	707
7.06.03	Outros	1.461	9.128
7.06.03.02	Juros Capitalizados	1.461	9.128
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.761	15.375
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.761	15.375
7.08.01	Pessoal	4.345	3.536
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.270	2.553
7.08.01.02	Benefícios	812	817
7.08.01.03	F.G.T.S.	263	166
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-4.035	-2.583
7.08.02.01	Federais	-5.767	-4.123
7.08.02.03	Municipais	1.732	1.540
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.456	16.472
7.08.03.01	Juros	10.982	640
7.08.03.02	Aluguéis	164	66
7.08.03.03	Outras	2.310	15.766
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	1.461	8.042
7.08.03.03.02	Outras	849	7.724
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.854	-10.358
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.854	-10.358
7.08.05	Outros	8.849	8.308
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	8.849	7.222
7.08.05.02	Juros Capitalizados Sobre Mútuos	0	1.086

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 12 de maio de 2017 – A Autopista Planalto Sul S.A., “Empresa” do Grupo Arteris S/A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2017 (1T17), período encerrado em 31 de março de 2017. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstração dos resultados e notas explicativas, inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes):

- O tráfego pedagiado de veículos equivalentes no 1T17 foi de 6.138 mil veículos, 7,4% abaixo do realizado no mesmo período em 2016 (6.382 mil). Essa redução se deve principalmente a deterioração do ambiente econômico que o país vem passando nos anos. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias. Em relação ao trimestre anterior o tráfego apresentou decréscimo de -1,7%.

Receita Operacional Bruta

- A receita Operacional Bruta da Empresa é composta por receitas de pedágio e receitas de obras. A receita bruta de pedágio registrou crescimento de 12,2% em relação a igual período do ano anterior passando de R\$ 30,6 milhões no 1T16 para R\$ 34,4 milhões no 1T17. Na comparação com o 4T16 houve aumento de 12,2%. O acréscimo na receita se deve principalmente ao aumento da tarifa de pedágio ocorrido em 19 de dezembro de 2016 onde a tarifa básica de pedágio passou de R\$ 4,80 para R\$ 5,60 representando um acréscimo de 16,67%.
- A Empresa reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 46,9 milhões, sendo R\$ 5,7 milhões maior que o 1T16. O volume de obras é diretamente ligado ao cronograma de obras que previa menor volume de obras no trimestre atual em relação a igual período do ano anterior. Na comparação com o 4T16 houve redução de R\$ 6,5 milhões. A contrapartida desta receita, de igual montante, está demonstrada em Custo de Serviço de Construção, eliminando qualquer efeito sobre o resultado. Este ajuste foi realizado em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, representada pelo ICPC01.

Custos e Despesas

- Os custos dos serviços prestados do 1T17 registraram redução de R\$ 345 mil se comparados ao 1T16. Essa redução se deve principalmente a menores custos com conservação da camada de revestimento vegetal e limpeza da faixa de domínio, menores custos com conservação de pavimento, redução dos custos com manutenções de equipamentos da rodovia. Na comparação com 4T15 houve redução de R\$ 161 mil. Essa redução se deve principalmente a menor necessidade de serviços de conservação de pavimento e drenagem.

Comentário do Desempenho



- As despesas administrativas no 1T17 apresentaram aumento de R\$ 1,9 milhões em relação ao 1T16 devido principalmente a maiores despesas com contingências honorários jurídicos, editais e publicações.
- De acordo com ICPC01 no 1T17 a Empresa apurou custos de serviços de construção de R\$ 46,9 milhões, representando aumento de R\$ 5,7 milhões 13,9% se comparado com o 1T16. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras.
- A provisão para manutenção no 1T17 reduziu R\$ 5,2 milhões em relação ao 1T16. Essa variação se deve a revisão no cronograma de obras do contrato de concessão que resultaram na postergação de realização de obras necessitando realizar estornos de provisões. Na comparação com o 4T16, registramos redução de R\$ 1,3 milhão representando 40,9% de aumento.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA da Empresa encerrou o 1T17 em R\$ 15,5 milhões, 80,5% melhor frente aos R\$ 8,6 milhões registrados no 1T16. A melhora desse índice se deve principalmente a maiores receitas, estornos de provisão de manutenção e redução dos custos e despesas operacionais. Em comparação com o 4T16, o EBITDA do 1T17 cresceu R\$ 4,9 milhões devido principalmente aumento na receita de pedágio, redução nos custos de serviços de conservação da rodovia e despesas operacionais.
- O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovia, resultantes da adoção do ICPC01, encerrou o 1T17 R\$ 1,7 milhões maior em relação ao 1T16 refletindo o aumento da receita de pedágio e redução nos custos. Em relação ao 4T16 registramos acréscimo de R\$ 6,2 milhões do EBITDA ajustado representando aumento de 83,9%. Esse aumento é resultado do aumento da receita de pedágio e redução de custos e despesas operacionais.
- O EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado exclui os efeitos desta provisão.

Resultado Financeiro

- No 1T17 o resultado financeiro fechou 42,8%, menor na comparação com o 1T16. Essa variação negativa se deve ao aumento nas despesas financeiras devido a captações de empréstimo de longo prazo BNDES ocorridas nos últimos 12 meses, juros incorridos sobre a segunda emissão de debêntures e redução da capitalização de juros. Tais empréstimos são indexados a TJLP e IPCA. Em comparação com 4T16 o resultado financeiro ficou 9,0% menor devido principalmente a menor capitalização de juros ocorrida no 1T17.

Prejuízo

- No 1T17 a Empresa apurou prejuízo de R\$ 13,9 milhões ante prejuízo de R\$ 10,4 milhões no 1T16. O aumento do prejuízo está relacionado principalmente ao aumento nos custos de amortização e despesas financeiras. Em relação ao 4T16 o prejuízo da Empresa foi 0,6% maior.

Comentário do Desempenho



Endividamento

- A Empresa encerrou o 1T17 com endividamento bruto de terceiros de 473,5 milhões, apresentando um acréscimo de 2,0% se comparado ao 1T16, devido às captações de empréstimo com BNDES e apropriação de juros de debêntures que serão pagos em 2019. O endividamento líquido no 1T17 aumentou R\$ 6,6 milhões em relação ao 1T15, essa variação é justificada pelas captações e juros apropriados já mencionados.

Investimentos

- No 1T17 foram investidos R\$ 50,7 milhões em obras para cumprimento do contrato de concessão.

Os principais investimentos do período foram os seguintes:

- (i) Implantação de trevo em desnível, com alças, em pista dupla completo Km 138,8 – PR;
- (ii) Implantação de trevo em desnível, com alças, em pista simples completo Km 4,5 – SC;
- (iii) Duplicação trecho Curitiba – PR a Fazenda Rio Grande – PR do km 124,56 ao km 142,7 totalizando 18,14 km;
- (iv) Pavimento;
- (v) Sinalização horizontal;
- (vi) Elementos de proteção e segurança;
- (vii) Sistemas de drenagem e obras de arte correntes;
- (viii) Manutenção de terraplenos e estruturas de contenção;
- (ix) Implantação de terceiras faixas em SC;
- (x) Reparação, reforma e reforço de Obras de Artes Especiais - OAEs sobre linhas férreas nos km 047+480; 1+900; 0+180 e 114,360 SC.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
Planalto Sul	6.138	6.241	6.382	-1,7%	-3,8%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T17	4T16	1T16	Var%1T17/4T16	Var%1T17/1T16
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	81.436	84.140	71.993	-3,2%	13,1%
Receitas de pedágio	34.388	30.645	30.639	12,2%	12,2%
Receitas de obras	46.894	53.343	41.169	-12,1%	13,9%
Receitas acessórias	154	152	185	1,3%	-16,8%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(3.076)	(2.776)	(2.678)	10,8%	14,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	78.360	81.364	69.315	-3,7%	13,0%
CUSTOS E DESPESAS	(62.868)	(70.728)	(60.732)	-11,1%	3,5%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(13.877)	(14.038)	(14.222)	-1,1%	-2,4%
Custo dos serv. de construção	(46.894)	(53.343)	(41.169)	-12,1%	13,9%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.694)	(6.293)	(1.801)	-41,3%	105,1%
Remuneração da administração	(338)	(316)	(278)	7,0%	21,6%
Despesas tributárias	(1)	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	1.924	3.257	(3.279)	-40,9%	-158,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	12	5	17	140,0%	-29,4%
EBITDA¹	15.492	10.636	8.583	45,7%	80,5%
Margem EBITDA	19,8%	13,1%	12,4%		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(16.595)	(13.225)	(10.268)	25,5%	61,6%
Depreciação de imobilizado	(96)	(69)	(63)	39,1%	52,4%
Amortização do intangível	(16.049)	(12.707)	(9.756)	26,3%	64,5%
Amortização do diferido	(450)	(449)	(449)	0,2%	0,2%
RESULTADO FINANCEIRO	(19.894)	(18.244)	(13.934)	9,0%	42,8%
Receitas financeiras	894	196	707	356,1%	26,4%
Despesas financeiras	(20.788)	(18.440)	(14.641)	12,7%	42,0%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(20.997)	(20.833)	(15.619)	0,8%	34,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.143	7.059	5.261	1,2%	35,8%
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	7.143	7.059	5.261	1,2%	35,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(13.854)	(13.774)	(10.358)	0,6%	33,8%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T17	4T16	1T16	Var%1T17/4T16	Var%1T17/1T16
EBITDA¹	15.492	10.636	8.583	45,7%	80,5%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(1.924)	(3.257)	3.279	-40,9%	-158,7%
EBITDA Ajustado²	13.568	7.379	11.862	83,9%	14,4%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2) Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste, acessar em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTE AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de março de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$98.363 (R\$101.724 em 31 de dezembro de 2016).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No período findo em 31 de março de 2017 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 12 de maio de 2017.

2. CONCESSÕES

No período findo em 31 de março de 2017 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo mencionado abaixo:

Notas Explicativas

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 31 de março de 2017 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$29.075, a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima, em 31 de março de 2017, o montante de R\$139.129 (R\$185.347 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$265.371 (R\$262.259 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estas obras estão estimadas em R\$118.424.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade informa que continua com as negociações para firmar nos próximos meses Termo de Ajuste de Conduta - ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aprovadas em 15 de março de 2017 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	1.038	992
Aplicações financeiras (*)	<u>6.672</u>	<u>9.380</u>
Total	<u><u>7.710</u></u>	<u><u>10.372</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Certificados de Depósito Bancário – CDB	1	1
Fundos de investimentos	<u>6.671</u>	<u>9.379</u>
Total	<u><u>6.672</u></u>	<u><u>9.380</u></u>

As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 100,14% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	5.089	4.454
Cartões de pedágio a receber	368	318
Receitas acessórias a receber	<u>337</u>	<u>496</u>
Total	<u><u>5.794</u></u>	<u><u>5.268</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016 é como segue:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.997)	(15.619)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	7.139	5.310
Outras diferenças permanentes	4	(49)
Total	<u><u>7.143</u></u>	<u><u>5.261</u></u>
 Crédito contabilizado	 7.143	 5.261
 Receitas de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	7.143	5.261
	<u><u>7.143</u></u>	<u><u>5.261</u></u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	156.709	135.650
Provisão de participação nos lucros	1.584	1.359
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	11.721	10.855
Outras provisões	273	521
Provisão para manutenção de rodovias	47.674	48.914
Base de cálculo ativa	<u>217.961</u>	<u>197.299</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u><u>74.107</u></u>	<u><u>67.082</u></u>
 <u>Bases do passivo diferido:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	3.116	2.768
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(6)	(4)
Base de cálculo passiva	<u>(21.967)</u>	<u>(22.313)</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u><u>(7.469)</u></u>	<u><u>(7.586)</u></u>
 Base de cálculo	 <u>195.994</u>	 <u>174.986</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u><u>66.638</u></u>	<u><u>59.495</u></u>

a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

Notas Explicativas

- b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	3.392
2018	3.680
2019	7.726
2020	7.726
Após 2021	51.583
	<u>74.107</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2017 o saldo é de R\$12.321 (R\$11.753 em 31 de dezembro de 2016), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,93% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de março de 2017 e de 2016 é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2016	432	414	553	632	999	73	3.103
Adições	26	100	-	319	205	25	675
Transferências/Reclassificações	1	-	-	-	1	-	2
Saldo em 31.03.2017	459	514	553	951	1.205	98	3.780
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2016	(277)	(336)	(24)	(302)	(432)	(2)	(1.373)
Depreciações	(11)	(12)	(27)	(20)	(26)	-	(96)
Transferências/Reclassificações	(1)	-	-	-	(1)	-	(2)
Saldo em 31.03.2017	(289)	(348)	(51)	(322)	(459)	(2)	(1.471)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2016	155	78	529	330	567	71	1.730
Saldo em 31.03.2017	170	166	502	629	746	96	2.309
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	10%	

Notas Explicativas

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.067	405	183	978	2.633
Adições	-	7	-	3	10
Saldo em 31.03.2016	<u>1.067</u>	<u>412</u>	<u>183</u>	<u>981</u>	<u>2.643</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(482)	(301)	(166)	(335)	(1.284)
Depreciações	(26)	(8)	(4)	(25)	(63)
Saldo em 31.03.2016	<u>(508)</u>	<u>(309)</u>	<u>(170)</u>	<u>(360)</u>	<u>(1.347)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	585	104	17	643	1.349
Saldo em 31.03.2016	559	103	13	621	1.296
Taxas de depreciação - a.a.	10%	4%	20%	20%	

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de março de 2017 e de 2016 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.154.616	792	36.414	-	1.191.822
Adições	21.623	36	26.732	245	48.636
Transferências/Reclassificações	2.171	-	(2.171)	-	-
Saldo em 31.03.2017	<u>1.178.410</u>	<u>828</u>	<u>60.975</u>	<u>245</u>	<u>1.240.458</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(135.505)	(640)	-	-	(136.145)
Amortizações	(16.031)	(18)	-	-	(16.049)
Saldo em 31.03.2017	<u>(151.536)</u>	<u>(658)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(152.194)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.019.111	152	36.414	-	1.055.677
Saldo em 31.03.2017	1.026.874	170	60.975	245	1.088.264
Taxas de amortização - a.a.	5,12%	20%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	752.210	792	247.642	2	1.000.646
Adições	-	-	50.294	-	50.294
Transferências / Reclassificações	25.040	-	(25.040)	-	-
Saldo em 31.03.2016	<u>777.250</u>	<u>792</u>	<u>272.896</u>	<u>2</u>	<u>1.050.940</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(93.277)	(545)	-	-	(93.822)
Amortizações	(9.733)	(23)	-	-	(9.756)
Saldo em 31.03.2016	<u>(103.010)</u>	<u>(568)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(103.578)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	658.933	247	247.642	2	906.824
Saldo em 31.03.2016	674.240	224	272.896	2	947.362
Taxas de amortização - a.a.	3,54%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016.

No período findo em 31 de março de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$1.461 (R\$9.128 em 31 de março de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2017 foi de 5,38% ao ano e 8,01% ao ano em 2016.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoa/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	327	327
	<u>17.832</u>	<u>17.832</u>
Amortização acumulada	<u>(14.608)</u>	<u>(14.158)</u>
	<u>3.224</u>	<u>3.674</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	25.506	310.422	24.965	314.864
	<u>25.506</u>	<u>310.422</u>	<u>24.965</u>	<u>314.864</u>
Custo de transação	(190)	(1.618)	(187)	(1.638)
	<u>25.316</u>	<u>308.804</u>	<u>24.778</u>	<u>313.226</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.03.2017	31.12.2016
(a)	Real	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	dez/25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	269.391	274.253
(a)	Real	BNDES	TJLP + 2,62% a.a.	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	40.761	40.618
(a)	Real	BNDES	IPCA + 8,99% a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	25.534	24.718
(a)	Real	BNDES	TJLP	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	242	240
						<u>335.928</u>	<u>339.829</u>

Em 31 de março de 2017, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	25.374
2019	34.462
2020	37.113
2021	39.985
A partir de 2022	173.488
	<u>310.422</u>

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de março de 2017 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas**13. DEBÊNTURES**

Os saldos estão representados por:

	31.03.2017		31.12.2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures	1.920	138.406	280	135.970
Custo de transação	(106)	(815)	(105)	(831)
Total	1.814	137.591	175	135.139

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2017	31.12.2016
2ª emissão - Série única	10.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez/25	140.326	136.250
				<u>140.326</u>	<u>136.250</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
2ª emissão Série única	15.12.2014	100.000	1.000	08.04.2015	106.845

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 31 de março de 2017, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	1.384
2019	7.335
2020	13.425
2021	20.346
A partir de 2022	95.916
	<u>138.406</u>

Em 31 de março de 2017, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2017, o saldo de R\$17.850 (R\$22.814 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$5.310 (R\$5.504 em 31 de dezembro

Notas Explicativas

de 2016) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e as transações realizadas em 31 de março de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (c)	34.714	33.707
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	688	356
<u>Coligadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	1.460	1.387
Total	<u>36.862</u>	<u>35.450</u>
 <u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	231.955	225.440
Total	<u>231.955</u>	<u>225.440</u>

<u>Contas de Resultado:</u>	<u>31.03.2017</u>			<u>31.03.2016</u>		
	<u>Conservação da rodovia (b)</u>	<u>Despesas financeiras (c)/(d)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Conservação da rodovia (b)</u>	<u>Despesas financeiras (c)/(d)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(8.849)	(759)	-	(7.222)	(183)
<u>Coligadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(401)	-	-	(133)	-	-
Total	<u>(401)</u>	<u>(8.849)</u>	<u>(759)</u>	<u>(133)</u>	<u>(7.222)</u>	<u>(184)</u>

(a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que todas as partes

Notas Explicativas

beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 3ª e 4ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do spread respectivamente de 1,4% e 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros em 29 de março de 2018 e 19 de agosto de 2017 respectivamente.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
30.03.2015	01.03.2018	CDI + 1,40% a.a.	8.000	2.249	8.000	1.952
19.08.2015	01.08.2017	CDI + 1,500% a.a.	20.000	4.465	20.000	3.755
			<u>28.000</u>	<u>6.714</u>	<u>28.000</u>	<u>5.707</u>

- (d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimento do principal e juros a partir de dezembro de 2019 conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
29.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	9.176	8.000	8.709
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	13.000	14.913	13.000	14.152
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	16.000	18.352	16.000	17.418
28.01.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	25.000	14.307	25.000	13.185
19.04.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	35.000	19.157	35.000	17.611
27.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	9.867	20.000	9.014
30.12.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	9.183	20.000	8.351
			<u>137.000</u>	<u>94.955</u>	<u>137.000</u>	<u>88.440</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2017, a Sociedade reconheceu o montante de R\$207 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$131 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$338 (R\$278 em 31 de março de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2017, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos,

Notas Explicativas

estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.584 e R\$1.359.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2017
Cíveis	296	85	(27)	-	354
Trabalhistas	171	1.037	(201)	(28)	979
Regulatórios	10.388	132	(132)	-	10.388
Total	<u>10.855</u>	<u>1.254</u>	<u>(360)</u>	<u>(28)</u>	<u>11.721</u>
	31.12.2015	Adições	Reversões	Utilizações	31.03.2016
Cíveis	79	128	(1)	(45)	161
Trabalhistas	41	23	-	-	64
Total	<u>120</u>	<u>151</u>	<u>(1)</u>	<u>(45)</u>	<u>225</u>

Notas Explicativas

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$10.388. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$1.412 (R\$2.100 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos em 31 de março de 2017 representam o montante de R\$343 (R\$339 em 31 de dezembro de 2016).

Os depósitos judiciais no montante de R\$18.239 em 31 de março de 2017 (R\$18.178 em 31 de dezembro de 2016) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>Manutenção em</u>	<u>Manutenção em</u>
	<u>rodovia</u>	<u>rodovia</u>
Saldos em 31.12.2016	22.185	26.729
Adições/Reversões	-	(1.924)
Ajuste a valor presente	-	684
Transferências	(3.197)	3.197
Saldo em 31.03.2017	<u>18.988</u>	<u>28.686</u>

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante	
	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2015	-	1.217	41.049	3.434
Adições	-	-	3.279	(1)
Ajuste a valor presente	-	-	584	72
Transferências (a)	2.043	622	(2.043)	(622)
Saldo em 31.03.2016	<u>2.043</u>	<u>1.839</u>	<u>42.869</u>	<u>2.883</u>

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2017 é de R\$ 498.818, compostos por 591.015.443 ações ordinárias e sem valor nominal. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 467.818, compostos por 542.853.774 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado era de R\$ 448.818 que representava 515.680.917 ações.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.01.2017	AGE*	Dinheiro	-	-	18.000
06.02.2017	AGE*	Dinheiro	-	-	1.000
06.02.2017	AGE	Dinheiro	3.076.923	2.000	2.000
20.02.2017	AGE	Dinheiro	21.538.462	14.000	14.000
06.03.2017	AGE	Dinheiro	1.538.462	1.000	1.000
20.03.2017	AGE	Dinheiro	16.923.076	11.000	11.000
20.03.2017	AGE	Dinheiro	5.084.746	3.000	3.000
			<u>48.161.669</u>	<u>31.000</u>	<u>50.000</u>

(*) Integralização referente ao saldo do capital subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 20 de julho de 2016.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

a) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas**19. RECEITAS**

Estão representadas por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receita de serviços prestados	34.388	30.639
Receita de serviços de construção	46.894	41.169
Outras receitas	154	185
	<u>81.436</u>	<u>71.993</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receita bruta	81.436	71.993
ISSQN	(1.727)	(1.540)
PIS	(226)	(203)
COFINS	(1.042)	(935)
Outras deduções	(81)	-
Receita líquida	<u>78.360</u>	<u>69.315</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Despesas:		
Com pessoal	(1.458)	(788)
Serviços de terceiros	(414)	(218)
Manutenção de bens e conservação	(86)	(58)
Depreciação / Amortização	(230)	(201)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(894)	(150)
Comunicação e marketing	(105)	(130)
Seguros/Garantias	(19)	(2)
Consumo	(151)	(138)
Transportes	(146)	(59)
Despesas de viagem	(61)	(37)
Publicações legais	(107)	(21)
Outros	(253)	(200)
Total	<u>(3.924)</u>	<u>(2.002)</u>
	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(46.894)	(41.169)
Com pessoal	(2.552)	(2.468)
Serviços de terceiros	(4.673)	(4.337)
Conservação	(3.870)	(4.343)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(194)	(376)
Consumo	(613)	(672)
Transportes	(499)	(519)
Verba de fiscalização	(823)	(769)
Seguros / Garantias	(406)	(432)
Provisão de manutenção em rodovias	1.924	(3.279)
Depreciação / Amortização	(16.365)	(10.067)
Outros	(247)	(306)
Total	<u>(75.212)</u>	<u>(68.737)</u>

Notas Explicativas**21. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	533	408
Outras receitas	361	299
Total	<u>894</u>	<u>707</u>
	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(19.831)	(13.689)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(684)	(656)
Outras despesas	(273)	(296)
Total	<u>(20.788)</u>	<u>(14.641)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	23.852	20.897
Juros capitalizados	1.461	9.128
	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(27.402)	(18.657)

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

Notas Explicativas

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do período	(13.854)	(10.358)
Número de ações durante período	562.621	312.666
Prejuízo por ação	<u>(0,02462)</u>	<u>(0,03313)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.03.2017			31.12.2016		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível2	-	7.710	-	-	10.372	-
Contas a receber clientes	Nível2	5.794	-	-	5.268	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível2	-	12.321	-	-	11.753	-
Outras contas a receber	Nível2	106	-	-	183	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	Nível2	-	-	23.160	-	-	28.318
Empréstimos e financiamentos	Nível2	-	-	334.120	-	-	338.004
Debêntures	Nível2	-	-	139.405	-	-	135.314
Partes relacionadas	Nível2	-	-	266.669	-	-	260.890
Taxa de fiscalização	Nível2	-	-	274	-	-	264
Outras contas a pagar	Nível2	-	-	1.727	-	-	3.154
		<u>5.900</u>	<u>20.031</u>	<u>765.355</u>	<u>5.451</u>	<u>22.125</u>	<u>765.944</u>

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Notas Explicativas

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(22.622)	(28.278)	(33.932)
Juros a incorrer líquido(*)	(22.622)	(28.278)	(33.932)
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(21.659)	(27.074)	(32.488)
Juros a incorrer líquido(*)	(21.659)	(27.074)	(32.488)
IPCA	4,30%	5,38%	6,45%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(6.893)	(8.616)	(10.340)
Juros a incorrer líquido(*)	(6.893)	(8.616)	(10.340)
Juros a incorrer (*)	(51.174)	(63.968)	(76.760)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2017 a Sociedade apresentava valores a receber de R\$5.089 (R\$4.454 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos

Notas Explicativas

financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2017	2018	2019	2020	A partir de 2021	Total
Debêntures - IPCA	11,60%	6.837	7.271	16.109	30.378	383.966	444.561
BNDES Automático	10,12%	36.856	56.536	57.147	56.866	263.070	470.475
		<u>43.693</u>	<u>63.807</u>	<u>73.256</u>	<u>87.244</u>	<u>647.036</u>	<u>915.036</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/04 a 30/06/2017	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	Total
Debêntures - IPCA	11,60%	-	-	6.837	-	6.837
BNDES Automático	10,12%	12.286	12.285	12.285	17.135	53.991
		<u>12.286</u>	<u>12.285</u>	<u>19.122</u>	<u>17.135</u>	<u>60.828</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	19.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	105.519

(*) Por sinistro

Notas Explicativas

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$20.296.

28. EVENTO SUBSEQUENTE

Abaixo relação de aumentos de capital ocorridos na Sociedade:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Forma de integralização</u>	<u>Ações emitidas</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor integralizado</u>
05.04.2017	AGO/E	Dinheiro	6.319.115	4.000	4.000
20.04.2017	AGO/E	Dinheiro	22.116.904	14.000	14.000
28.04.2017	AGE	Mútuos/Debênture:	491.254.503	268.716	268.716
05.05.2017	AGO/E	Dinheiro	8.688.784	5.500	5.500
				<u>292.216</u>	<u>292.216</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Planalto Sul S.A.

Rio Negro - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 12 de maio de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Contador

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2017 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Rio Negro, 12 de maio de 2017

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro / Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Rio Negro, 12 de março de 2017

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro / Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente